

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Banco Master



O ex-banqueiro foi preso por ordem do STF

Governo e oposição gritam: toma que o Vorcaro é teu

Banqueiro que era cortejado pelo poder e com livre acesso a diversas autoridades, Daniel Vorcaro passou a encarnar a velha história de que filho feio não tem pai. PT e oposição tentam jogar, um para o outro, a responsabilidade pelo escândalo que envolve a quebra do Banco Master.

O governo aproveitou a operação da Polícia Federal deflagrada na última quarta e as notícias sobre suposto envolvimento de adversários na trama para fazer o primeiro lance e passou a chamar o caso de “Bolsomaster”.

A palavra que associa o banco ao ex-presidente Jair Bolaronaro ilustra vários vídeos que, produzidos com inteligência artificial, foram postados em redes sociais.

Os amigos

O ataque usa conversas de Vorcaro em que ele chama de grande amigo o senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de Bolsonaro, viagens do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) em jatinho do ex-banqueiro e a suposta convivência com o Master por parte do ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. São citadas também doações de Fabiano Vettel, cunhado de Vorcaro, a campanhas de Bolsonaro e de Tarcísio de Freitas.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Dor de garganta do relator gerou adiamento de sessão

Adiamento

A bancada governista aproveitou a operação, autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, para tentar contra-atacar na CPI do INSS, onde foi derrotada semana passada com a quebra do sigilo de Fábio Luís da Silva, o Lulinha.

Parlamentares petistas queriam votar pedidos de convocação e de quebra de sigilo de nomes ligados ao Mastero. O presidente da comissão, Carlos Viana (Podemos-MG) porém, cancelou a sessão, alegou que o relator, Alfredo Gaspar (União-AL), estava com dor de garganta.

Anormalidade

A oposição procura revidar a ofensiva governista. Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) afirma ser comum que parlamentares se reúnam com banqueiros e empresários. O anormal, diz, é o presidente da República ter, segundo ele, recebido Vorcaro quatro vezes, fora da agenda (o governo diz que o banqueiro só se reuniu com Lula uma vez).

Ofensas

Para Sóstenes, Vorcaro demonstrou não ter relações com Bolsonaro ao chamá-lo de “idiota” e de “beócio” em conversa, recuperada pela Polícia Federal, com a namorada, Martha Graeff. “Ele tinha total distanciamento do Bolsonaro, e proximidade com o Lula”, sustenta o deputado federal.

Caixa

As ofensas foram motivadas por post de 2024 em que Bolsonaro criticou a decisão da Caixa de rebaixar dois funcionários que tinham sido contra a compra de R\$ 500 milhões de papéis do Master. O então banqueiro escreveu para Martha que “o próprio Ciro” havia ligado para ele ao ler a postagem do ex-presidente.

Indicações

Apesar de ter sido ministro de Bolsonaro e de atacar o governo Lula, Ciro Nogueira foi responsável por indicação de atuais diretores da Caixa. Em outra conversa com a namorada, Vorcaro citou projeto de Nogueira que beneficiava o Master ao aumentar a garantia de papéis emitidos por instituições bancárias.

‘Banditismo’

A deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) perdeu a paciência com a falta de interesse de colegas em criar CPI para investigar o Master. Em sessão, ela disse que havia uma “proteção ao banditismo” por parte de colegas. Seu pedido de investigação conta com 133 das 171 assinaturas necessárias de deputados. O número no Senado foi alcançado.

Revolta 1

Secretária nacional do MDB Mulher e presidente do movimento no Estado do Rio, Kátia Lôbo ficou revoltada com a filiação ao partido do ator Dado Dolabella, que deverá ser candidato a deputado federal. Ele foi recepcionado pelo presidente regional do partido, Washington Reis, ex-prefeito de Duque de Caxias.

Revolta 2

Em nota, Kátia afirma ter recebido com “estarecimento, surpresa e repúdio” a filiação de Dolabella, “um homem agressor de mulheres, como todo o Brasil o conhece”. Segundo ela, o fato depõe contra o combate à violência que vitima as mulheres. Ressaltou ainda ser “mulher preta, mãe, avó”.



Ministros, como Moraes, eram alvos da quadrilha

Quadrilha vendia dados de ministros do Supremo

Operação da PF teve como alvo desbaratar o esquema

Por Gabriela Gallo

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (5) a Operação Dataleaks que visa desarticular uma organização criminosa especializada na obtenção, adulteração, comercialização e disseminação ilícita de dados pessoais e sensíveis de bases governamentais e privadas. Dentre esses dados, informações dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que estariam sendo comercializadas via internet. A operação foi autorizada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes e foram cumpridos cinco mandados de prisão e quatro de busca e apreensão.

“As investigações tiveram início após a identificação de uma base de dados não oficial, abastecida por meio de acessos indevidos a sistemas e a bases governamentais, contendo informações pessoais de ministros do STF”, detalhou a PF, por meio de nota.

Se considerados culpados, os investigados poderão responder pelos crimes de: organização criminosa, invasão de dispositivo informático, furto qualificado mediante fraude, corrupção de dados e lavagem de dinheiro que, somados, podem ultrapassar os 20 anos de reclusão.

De acordo com as investigações das autoridades, o grupo obtinha informações ilegalmente sobre autoridades, especialmente os ministros da Corte, alteravam

os dados, e disponibilizavam em plataformas na internet. Mas não apenas disponibilizavam as informações, as comercializavam. Esse banco de dados irregular era alimentado por acessos de sistemas indevidos, como a Receita Federal, e também com informações privadas.

Em 17 de fevereiro, a Polícia Federal identificou acessos não autorizados e ilegais ao sistema da Secretaria da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) na intenção de buscar informações bancárias e fiscais de ministros do STF, do Procurador-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, e de familiares das autoridades do Judiciário. A operação Dataleaks integra essa investigação.

De acordo com a PGR, “o caso não se exaure apenas na violação individual do sigilo fiscal, uma vez que a exploração fragmentada e seletiva de informações sigilosas de autoridades públicas, divulgadas sem contexto e sem controle jurisdicional, tem sido instrumentalizada para produzir suspeitas artificiais, de difícil dissipação”.

Na época, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a operação que deflagrou quatro mandados de busca e apreensão que miraram em quatro servidores públicos da Receita Federal. Além dos mandatos de busca e apreensão, o magistrado determinou medidas cautelares.